



O TRABALHISMO E GOLPES NEOLIBERAIS

O nacional trabalhismo, a educação no Brasil e os golpes políticos que moldaram a era neoliberal financeira.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**



INFLAÇÃO CEDE. NÃO HÁ DESCULPA PARA JUROS ALTOS

Para a Associação Paulista de Supermercados, há descompasso entre inflação real e taxa de juros da economia.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Indústria fechou ano com alta de 3,1%

A produção da indústria nacional teve queda de 0,3% na passagem de novembro para dezembro, com recuos em sete dos 15 locais pesquisados. Com o resultado do último mês do ano, 2024 termina com crescimento de 3,1% em relação a 2023, apresentando taxas positivas em 17 dos 18 locais analisados. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional, divulgada nesta terça-feira pelo IBGE.

As maiores altas do ano foram os resultados de Santa Catarina (7,7%), Rio Grande do Norte (7,4%) e Ceará (6,9%), que aconteceram, principalmente, devido às atividades de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, máquinas e equipamentos, confecção de artigos do vestuário e acessórios, e produtos alimentícios, no primeiro; de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (óleo diesel), no segundo; e de artefatos do couro, artigos de viagem e calçados, confecção de artigos do vestuário e acessórios, e produtos têxteis no terceiro.

Pará (5,7%), Mato Grosso (5,4%), Pernambuco (4,6%), Paraná (4,2%), Amazonas (3,6%) e Mato Grosso do Sul (3,5%) foram outras localidades que mostraram taxas positivas acima da média nacional (3,1%).

“Em 2024, o avanço verificado na indústria nacional aconteceu tendo uma baixa base de comparação em 2023, o que favorece o crescimento nesse tipo de avaliação. Regionalmente, houve um ganho de ritmo na indústria, com expansão em quase todos os locais pesquisados”, destaca Bernardo Almeida, analista da pesquisa.

São Paulo exerceu a principal influência no acumulado do ano, com um crescimento de 3,1%.

“Esse resultado pode ser explicado pelo desempenho dos setores de veículos automotores (produção de autopeças, automóveis, caminhão-trator para reboques, semirreboques e caminhões) e de outros produtos químicos (produção de fungicidas para uso na agricultura, e de preparações capilares)”, explica Bernardo. Ele lembra que a indústria paulista teve comportamento semelhante ao observado no cenário nacional, ou seja, com moderação.

Bahia (2,7%), Goiás (2,6%), Região Nordeste (2,5%), Maranhão (2,5%), Minas Gerais (2,5%), Rio Grande do Sul (0,6%) e Rio de Janeiro (0,1%) também registraram crescimento na produção no índice acumulado em 2024.



IPCA desacelerou para 0,16%, o menor para janeiro desde 1994

Energia elétrica puxou inflação para baixo

Em janeiro de 2025, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu para 0,16% a menor taxa para um mês de janeiro desde o início do Plano Real, em 1994. O índice ficou 0,36 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de dezembro (0,52%). Com isso, o acumulado em 12 meses recuou para 4,56%. Os dados foram divulgados nesta terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os preços do subitem energia elétrica residencial recuaram 14,21% e exerceram o impacto negativo mais intenso (menos 0,55) sobre o IPCA de janeiro. Fernando Gonçalves, gerente do IPCA, explica que “essa queda foi decorrência da incorporação do Bônus de Itaipu, creditado nas faturas emitidas em janeiro”.

A energia elétrica residencial integra o grupo da habitação, que registrou queda de 3,08% com impacto de menos 0,46 sobre o IPCA de janeiro.

Os preços do grupo transportes, subiram 1,3% e exerceram um impacto de 0,27 sobre o IPCA de janeiro, por influência das altas em passagens aéreas (10,42%) e ônibus urbano (3,84%).

Já o grupo alimentação e bebidas teve seu quinto aumento consecutivo (0,96%) e contribuiu com 0,21 para o índice do mês. Nesse grupo, a alimentação no domicílio subiu 1,07%, influenciado pelas altas da cenoura (36,14%), do tomate (20,27%), e do café moído (8,56%). Entretanto, os preços da batata inglesa (menos 9,12%) e do leite longa vida (menos 1,53%) recuaram. Já a alimentação fora do domicílio

desacelerou de 1,19% em dezembro para 0,67% em janeiro. Tanto o lanche (0,94%) quanto a refeição (0,58%) tiveram variações inferiores às do mês anterior (0,96% e 1,42%, respectivamente).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação das famílias com renda de até cinco salários mínimos, teve variação nula (0%) em janeiro. O acumulado em 12 meses ficou em 4,17%, abaixo dos 4,77% dos 12 meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2024, o INPC havia sido de 0,57%.

Dentro do INPC, os produtos alimentícios desaceleraram de dezembro (1,12%) para janeiro (0,99%), enquanto os não alimentícios recuaram de 0,27% em dezembro para menos 0,33% em janeiro. **Página 3**

Indústria de aço do Brasil defende diálogo sobre taxação

Os Estados Unidos (EUA) anunciaram, nesta segunda-feira, a aplicação de sobretaxas de 25% sobre as importações americanas de aço e alumínio de todas as origens. A medida, justificada por razões de segurança pública (Seção 232), revoga quotas de importação e isenções prévias, e está prevista para entrar em vigor a partir de 12 de março.

Segundo Amcham Brasil, a decisão deve afetar as exportações brasileiras desses setores. Em 2024, o Brasil exportou mais de US\$ 5,7 bilhões em aço e ferro para os EUA, principal destino das exportações brasileiras. No mesmo ano, o Brasil exportou US\$ 267 milhões em alumínio para o mercado americano, equivalente a 16,7% das vendas globais brasileiras.

A indústria siderúrgica brasileira possui grau de integração com os EUA. Em 2024, as empresas brasileiras importaram US\$ 1,4 bilhão em carvão siderúrgico americano, utilizado para a produção do aço no Brasil. Além disso, o aço brasileiro é insumo estratégico para a indústria americana. O Brasil, por sua vez, importa volume relevante de bens fabricados com aço nos EUA, incluindo máquinas e equipamentos, peças para aeronaves, motores automotivos e outros bens da indústria de transformação. Com as sobretaxas, há o risco de redução das importações brasileiras desses produtos de origem dos EUA.

Segundo a Amcham Brasil, Brasil e dos EUA devem buscar solução negociada para preservar o comércio bilateral, que tem registrado recordes nos últimos

anos, com ganhos para ambas as economias e expressivo superávit para o lado americano. De acordo com as estatísticas americanas (US ITC), os EUA registraram superávit de US\$ 7,3 bilhões com o Brasil em 2024, aumento de 31,9% em relação a 2023. Esse valor representa o sétimo maior saldo dos EUA com um parceiro individual naquele ano.

Em nota nesta terça-feira, o Instituto Aço Brasil defendeu o restabelecimento do acordo de 2018 feito entre os países após os Estados Unidos terem aumentado para 25%, na época, as tarifas de importação sobre o produto brasileiro. Em 2018, EUA e Brasil negociaram cotas de exportação de 3,5 milhões de toneladas de semiacabados e placas e de 687 mil toneladas de laminados.

Brasileiros sacaram R\$ 241 milhões ‘esquecidos’

Os brasileiros sacaram R\$ 241 milhões em valores esquecidos no sistema financeiro em dezembro, divulgou nesta terça-feira o Banco Central (BC). Embora o dinheiro do Sistema de Valores a Receber (SVR) tenha sido transferido ao Tesouro Nacional em outubro, os saques podem ocorrer por meio de ações judiciais, até que o Tesouro publique um edital com as novas regras para a retirada.

Em relação ao estoque de valores esquecidos, até o fim de dezembro, os brasileiros não tinham sacado R\$ 9,047 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro. O SVR devolveu R\$ 9,175 bilhões, de um total de R\$ 18,222 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem, com a atualização de novas fontes de valores esquecidos no sistema financeiro. Caso os recursos não sejam requeridos nos próximos 25 anos, os valores a receber serão incorporados definitivamente ao patrimônio da União.

Apesar da transferência ao Tesouro, as estatísticas continuarão a ser atualizadas, com a inclusão de dados que estavam defasados. Os dados de janeiro, terceiro mês após o repasse do dinheiro ao Tesouro, só serão apresentados no início de março.

Em relação ao número de beneficiários, até o fim de dezembro, 27.843.566 correntistas haviam resgatado valores. Apesar de a marca ultrapassar os 27 milhões, isso representa apenas 36,26% do total de 76.796.085 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro de 2022.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,7697
Dólar Turismo	R\$ 5,9980
Euro	R\$ 5,9783
Iuan	R\$ 0,7888
Ouro (gr)	R\$ 542,75

ÍNDICES

IGP-M	0,27% (janeiro)
	0,94% (dezembro)
IPCA-E	
RJ (dezembro)	0,36%
SP (dezembro)	0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

O Nacional trabalhismo e os golpes para era neoliberal financeira

Por Pedro Augusto Pinho

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional expressou-se o Estadista Getúlio Vargas em discurso pronunciado no dia 18 de agosto de 1933.

E prossegue Vargas: “É óbvio que, para instruir, é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido aplicável ao país inteiro. De acordo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm; nos centros urbanos populosos e industriais – o técnico-profissional, em forma de institutos especializados e liceus de arte e ofícios; no interior – e rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos”.

Séculos da educação universalizante pela Igreja Católica e, mais proximamente, com a influência da igualmente universalizante ideologia marxista, o brasileiro perdeu a noção das realidades que conduzem sua existência. Neste século 21 estamos sob novo domínio globalizante, agora do neoliberalismo financeiro.

O Estadista não se deixava dominar por ideologias, de direita ou de esquerda, sempre universais, aplicadas quer no deserto do Sahara quer na floresta amazônica, no frio ártico siberiano e no estival deserto do Kalahari, que em tsuana, língua banta, significa “o lugar da grande sede”.

Como bem sabe nosso arguto leitor, o conhecimento se dá a partir das realidades onde se vive e ora se universalizam em teoremas científicos, ora se esgotam nas relações culturais do meio ambiente em que surgem.

Direita e esquerda motivadas ideologicamente representam sempre uma oposição ao nacional trabalhismo. Isto porque o nacional trabalhismo se firma na melhor compreensão da realidade nacional. Se ele é exportável, como pensamento político, deve tomar as distintas formas que se distinguem, nação por nação. O país continental como o Brasil pode e certamente terá ações homogêneas por todo território nacional. No entanto, especialmente nas atividades voltadas para construção da cidadania, as especificidades locais recomendam mais atenção às desigualdades do que às identidades. E este raciocínio está presente no discurso parcialmente transcrito de Getúlio Vargas.

A educação vai muito além do conhecimento para ler, ela exige a

compreensão ampla do que é lido, exige a crítica da narrativa e o conhecimento das distorções com que se pretende influenciar a mente do leitor (ou, melhor diria, vítima?).

No artigo, nesta página “Opinião”, do Monitor Mercantil, “O NACIONAL TRABALHISMO E O NOVO PTB: ACRÉSCIMOS INDISPENSÁVEIS”, que antecedeu a este que lhes apresento, resumimos o trabalho que M.B. Lourenço Filho publicou em 1961 (“Educação Comparada”), analisando dez países na questão educacional. Excluindo o Jardim de Infância, quase sempre com duração de três anos, o tempo de estudo para concluir o Nível Médio, fica em torno de 15/16 anos. No Brasil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), são 12 anos, incluindo o Ensino Médio. Abaixo da maioria dos países estudados por Lourenço Filho. Esta Lei, editada no período de governos neoliberais, assinada por Fernando Henrique Cardoso, já denota a restrição cognitiva que vigora no Brasil, “Art. 2º – A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Educação é dever do Estado, já afirmava o Estadista na década de 1930 e dava o exemplo criando o Ministério da Educação e Saúde, ambos deveres do Estado. Mas o texto legal passa a impressão que o Estado supre quando a família não pode arcar com esta obrigação. Depois, liberdade e solidariedade humana não são os extremos de uma compreensão existencial ou política. O princípio que rege a educação é o do conhecimento, mais amplo e profundo, sobre as condições da existência humana, o que faz da educação verdadeira ação nacional, jamais ideologicamente importada.

Mas o Brasil sempre teve a base educacional importada, seja pelas Igrejas, principalmente a católica por todo período colonial até a República, seja por ideologias que se assumiam universais, para justificar a neocolonização econômica e financeira. Mas estas últimas não dispensando a religião, como descreve, com profundidade, Rodrigo de Sá Netto (“O Partido da Fé Capitalista: imperialismo religioso e dominação de classe no Brasil”, da Vinci Livros, RJ, 2024).

Não se identifica um Estadista senão como Getúlio Vargas que propugnava a educação para ser nacional brasileira e para valorização do trabalho humano: nacional e trabalhista.

Há sempre um golpe à porta

Inicialmente há que se diferenciar “golpes” de “revoluções” pelos seus objetivos, não pelos apelidos que eles se dão. Os golpes objetivam impedir a soberania do País, as revoluções visam, no mí-

nimo, conquistar esta soberania.

Examinando o período republicano, quando um interesse nacional passou a disputar o poder no Brasil, identificamos os seguintes golpes:

1) aplicado em Floriano Peixoto pelos interesses dos proprietários de terra e exportadores de produto primários, com a colaboração dos banqueiros ingleses;

2) o golpe mal sucedido de 1932, pretendendo recuperar o poder perdido pelos mesmos interesses que golpearam Floriano Peixoto, para a Revolução de 1930. Alguns autores consideram golpe de estado a Constituição de 1937. Na verdade, nem pela forma nem pelo conteúdo se pode assim identificar esta defesa do Brasil das ideologias que participariam, dois anos depois, da II Grande Guerra. Ações semelhantes adotaram diversos países em todo mundo, conforme seus governos e tradições, com o intuito de se precaver quanto à iminente guerra.

3) o golpe de 1945. A respeito deste golpe no poder brasileiro então vigente é indispensável entender o Brasil e o mundo no período que antecede a II Grande Guerra (1/9/1939 a 2/9/1945) e suas consequências. De certo modo, todas as guerras têm origens em ideologias, em modos de compreender as sociedades que lhes dão mais ou menos consistentes soberanias. A diferença nesta II Grande Guerra (II GG) é que dela participaram três ideologias: a “fascista”, unida à segregação racial, nazista, contra a “capitalista liberal” e a “socialista marxista”. Antes mesmo de se chegar ao documento de paz, o capitalismo liberal já se preparava para agir contra o socialismo marxista, mas as condições de recuperação dos desastres urbanos, industriais, sociais, deixados pela II GG, obrigaram a um amplo período de “Guerra Fria”, com guerras travadas nas periferias dos principais representantes destas ideologias combatentes: Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido (RU) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Uma agressão articulada pelo Reino Unido, que terá graves repercussões, foi a criação no meio de territórios árabes-palestinos do Estado de Israel (1948), atendendo ao sionismo, ideologia judaica construída por Theodor Herzl (1860-1904) que motivou o Primeiro Congresso Sionista Mundial, na Basileia (Suíça), em 1897. Desde o fim da I Grande Guerra, aquela região que estivera sob domínio do Império Otomano, ficou sob controle britânico. Durante esse período, a população era majoritariamente muçulmana, mas incluía também minorias cristãs e judaicas. A convivência entre essas comunidades era pacífica, apesar de episódios de tensão. Na votação pela criação de dois Estados – um judeu e um pales-

tino – pelos 58 estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), 35 (60%) votaram a favor, porém o Estado Palestino jamais saiu do papel.

Excluindo as guerras árabes-israelenses, a primeira das “Guerras Frias” travou-se na Coreia, entre junho de 1950 e julho de 1953, com mais de quatro milhões de mortos e resultando na separação em duas Coreias: a do norte, socialista, e a do sul, capitalista, apagando a figura do libertador Kim Il Sung da História do seu País. Destino semelhante ao que ocorrerá no Vietnã, entre novembro de 1955 e abril de 1975, resultando em três milhões e meio de mortes. Diversas guerras, com menor quantidade de vítimas fatais, ocorrerão até 1991, inclusive o insucesso estadunidense de invadir o sul da ilha de Cuba, em abril de 1971, na Baía dos Porcos ou “Batalla de Girón”, na identificação cubana.

4) golpe de 1954, resultou na imolação do Estadista em defesa da Pátria. Este episódio, dos mais profundos politicamente ocorridos no Brasil, fez perdurar a Era Vargas, com altos e baixos, até 1979, ou seja, por quase 50 anos. O melhor trabalho sobre este período do governo Vargas é do historiador e jornalista José Augusto Ribeiro, “A Era Vargas”, em três volumes (Casa Jorge Editorial, RJ, 2001).

5) contragolpe de 1955 e o frustrado golpe militar de 1959. Ambos tiveram por objetivo o Governo de Juscelino Kubitschek (JK). No primeiro caso, conduzido pelo Marechal Henrique Teixeira Lott, possibilitou a posse de JK e seu governo (1956-1961). O segundo, também conhecido por Revolta de Aragarças, foi a tentativa de golpe militar, em dezembro de 1959, para instaurar uma ditadura no país.

6) golpe de 1964. Este golpe teve três momentos distintos. O primeiro, de 1964 a 1967, foi conduzido pelos EUA e parcela dos proprietários rurais, empresários, das igrejas cristãs, com o objetivo declarado de combater o comunismo, que constituía a acusação ao presidente, fazendeiro João Goulart, Jango. O segundo, de 1967 a 1979, foi a reação do empresariado nacional à invasão das empresas estadunidenses, açambarcando imensas áreas produtivas, comerciais e de serviços no Brasil. O sucesso desta fase pode ser visto pelos níveis de crescimento econômico alcançados, pela institucionalização de atividades no Brasil, que se exemplifica com a criação da Embraer, da Funarte, da Embrafilme, da Dataprev, da Embrater, da Imbel, da Nuclebrás, da Cobra, do INAMPS, além de Programas, Planos e Fundos Públicos de Investimentos. Tal crescimento ensejou a nova intervenção, desta vez de capitais estrangeiros de múltiplas origens, dando o golpe da sucessão do Presidente Geisel, o terceiro golpe, conduzindo ao poder o General João Baptista Figueiredo

(1979-1985).

7) o golpe das finanças apátridas. Este golpe foi responsável pelas governanças do Brasil desde a eleição de Fernando Collor de Mello (1990) até o golpe que destituiu Dilma Rousseff do poder, em 2016. Não surge como golpe porque são as finanças que promovem estas eleições, de algum modo viciadas como são as dos EUA. Se não for um neoliberal financista convicto, para se eleger, o candidato precisa firmar o termo de governança com as finanças apátridas.

Em novembro de 1989, as finanças editam sua Bíblia ou Constituição que tem a denominação de “Consenso de Washington”, em dezembro de 1991, dissolve-se a URSS, surgindo 15 novas repúblicas. As finanças conseguiram o poder e proclamam o fim da História.

Para o Brasil, as consequências já haviam acontecido desde a eleição de Fernando Collor.

Os fatos posteriores, a renúncia de Collor, os governos de Itamar Franco (29 de dezembro de 1992 a 1º de janeiro de 1995) e Fernando Henrique Cardoso (1º de janeiro de 1995 até 1º de janeiro de 2003) e os governos petistas até o golpe dos Poderes Legislativo e Judiciário em Dilma Rousseff.

8) golpe parlamentar. O processo para afastamento da presidente eleita teve início com a aceitação, em 2 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, da denúncia por crime de responsabilidade oferecida, em 15 de outubro de 2015, pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, e se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato da Presidente.

Sempre sob a ótica do nacional trabalhismo, a conclusão desta série será a análise do período dominado pelas finanças apátridas. Em princípio, o domínio das finanças teve início no golpe da sucessão do Presidente Geisel. Não se imagina que fosse escolher o filho do General Euclides de Oliveira Figueiredo, que derrotara em 1932, com o qual não existia identidade política nem administrativa, para sucedê-lo; muito mais próximo e com quem manteve correspondência estava o General Antônio Carlos de Andrada Serpa. A imposição é nítida e a arma da chantagem foi a dívida externa brasileira. Daí até a eleição de Lula em 2002, tem-se uma primeira fase.

O século 21 será mais complexo. Pretende-se demonstrar ser o refundado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) autêntico continuador dos princípios varguistas – nacionalismo e trabalhismo – atualizados pelas tecnologias e pelas novas demandas da sociedade brasileira.

Pedro Augusto Pinho, administrador aposentado.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Inflação cede, e não há mais desculpa para juros

A inflação oficial (IPCA) em janeiro de 2025 recuou para 0,16%, a menor taxa para um mês de janeiro desde o início do Plano Real, em 1994. O INPC, que mede a inflação das famílias com renda de até 5 salários mínimos, não variou (0%). Os resultados não serviram para aplacar a sede de sangue (do governo Lula) do mercado financeiro, ou melhor, a sede de juros altos.

Os analistas financeiros se dividiram, uns vendo baixa nos preços dos alimentos, mas se alarmando com os serviços, enquanto outros observaram justamente o oposto. Apesar de o índice, no acumulado em 12 meses, ter ficado bem próximo do teto da meta de inflação, em 4,56%, o mote no mercado financeiro – repercutido, por óbvio, na mídia – é de que o caos se aproxima.

Na economia real, a situação é diferente. Felipe Queiroz, economista-chefe da Associação Paulista de Supermercados (Apas), comemora a menor inflação para janeiro desde 1994. “Isso é um motivo de comemoração. Mostra que o índice oficial tem desacelerado a inflação, convergindo para o centro da meta, e a combinação de diferentes instrumentos tende a contribuir com a melhora do quadro inflacionário, não apenas a calibragem periódica da taxa de juros”.

Ele reconhece que o grupo de alimentos ainda tem uma pressão inflacionária forte, marcada pelos fatores climáticos, pelo câmbio e pela conjuntura de produção e de colheita no mundo. “Porém, a nossa expectativa é que haja uma desaceleração nos próximos meses, motivada inclusive por um câmbio mais favorável. Durante o último bimestre do ano, nós sofremos uma pressão altista na taxa de câmbio, que consequentemente produz um efeito em cascata sobre os demais preços da economia. Com um processo de desaceleração ou redução gradual da taxa de câmbio, consequentemente, a pressão inflacionária sobre produtos ‘tradeables’, que são negociados internacionalmente, tende a diminuir. Então, a nossa expectativa é que a inflação se mantenha nessa tendência acomodatória nos próximos meses”, enfatiza Queiroz.

A menor pressão inflacionária “abre espaço para uma taxa básica de juros menos ortodoxa, como está sendo adotada ao longo dos últimos meses. Ou seja, nós temos um descompasso entre a inflação real e a taxa de juros da economia”. E ensina: “Aumentar a taxa de juros não produz um efeito direto sobre esses itens, que são muito voláteis, mas acaba produzindo um efeito negativo sobre a economia, impedindo que a capacidade produtiva do país seja aumentada, se expanda e tenhamos a possibilidade de ter um crescimento econômico com menor pressão inflacionária no médio e longo prazo.”

“Então, só com os juros mais civilizados nós teremos a capacidade de competir internacionalmente em melhores condições e ter uma economia que cresça sem os gargalos estruturais”, explica o economista-chefe da Apas.

Rápidas

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) publicou o edital de concurso público para 75 vagas para o cargo de Analista Técnico (nível superior), com remuneração inicial de R\$ 18.033,52. Detalhes em cebraspe.org.br/concursos/SUSEP_25 *** O prefeito de Niterói (RJ), Rodrigo Neves, participará, nesta quinta-feira, às 11h, de uma conversa com o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Josier Vilar, sobre os Jogos Pan-Americanos 2031. Inscrição aqui: forms.gle/XJ2pY-C3Ae5DkWG6EA

Transporte e alimentação puxam inflação de janeiro

Habitação teve queda de 3,08%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro foi de 0,16%, ficando 0,36 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de dezembro (0,52%). Esse foi o menor IPCA para um mês de janeiro desde a implantação do Plano Real, em 1994. Em dezembro de 2024, a variação havia sido de 0,42%. O IPCA - considerado a inflação oficial do país - acumula alta de 4,56% nos últimos 12 meses”, divulgou nesta terça-feira o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O grupo Transportes, com alta de 1,30% e 0,27 ponto percentual (p.p.), seguido do grupo Alimentação e bebidas (0,96% e 0,21 p.p.) são os grupos com as maiores variações no IPCA de janeiro. Já o grupo Habitação, com queda de 3,08% e -0,46 p.p. de impacto contribuiu para conter o índice do mês.

Marcelo Bolzan, planejador financeiro e sócio da The Hill Capital, explica

que essa desaceleração é explicada basicamente pelo bônus de Itaipu (hidrelétrica). “É um desconto temporário das tarifas de energia, principalmente em janeiro, que ainda traz um impacto aqui para fevereiro. Esse impacto entra na linha de habitação, com queda nos preços de mais de 3%, em função desse desconto de Itaipu”, diz Bolzan.

Ele explica que o IPCA veio 0,16%. Porém, quando a gente pega o acumulado de 12 meses totaliza 4,56%. “Então permanecemos acima do teto da meta do Banco Central, que é de 4,5%. E acho que vale frisar novamente que essa desaceleração já era amplamente aguardada, só que a gente não terá esse efeito para os próximos meses. Então, a gente deve ter uma aceleração da inflação daqui para frente”, calcula.

Houve também aumento no táxi (1,83%) em razão de reajustes de 7,83% no Rio de janeiro (6,64%)

e de 4,79% em Salvador (4,21%). Em São Paulo, foram registrados aumentos de 3,00% no trem e no metrô, em razão do reajuste de 4,00% nas passagens a partir de 06 de janeiro. A variação de 4,53% na integração transporte público em São Paulo também reflete os reajustes citados e as gratuidades concedidas nos feriados de Ano Novo (01/01) e do aniversário da cidade (25/01).

No grupamento dos combustíveis (0,75%), houve aumentos nos preços do etanol (1,82%), do óleo diesel (0,97%), da gasolina (0,61%) e do gás veicular (0,43%). “Assim como a gente imaginava, os preços de transportes tiveram uma contribuição de 1,30%. Isso é explicado pelo aumento do preço de combustível. Então esse aqui foi o item de maior elevação dentro dos componentes do IPCA. A gente teve reajuste, principalmente de passagens aéreas, ônibus urbanos”, apontou Bolzan.

Alimentos

O planejador citou a inflação dos alimentos, tema muito comentado nos últimos dias.

“Tivemos uma elevação de alimentos e bebidas de 0,96%, então a gente já imaginava que teria aqui uma pressão maior nesses itens. Alimentos já vem pressionado há bastante tempo e foi mais um mês assim”, constata ele.

Na opinião de Bolzan, esse resultado do IPCA não vai mudar a trajetória de subida de juros pelo Banco Central na reunião de março do Comitê de Política Monetária (Copom). “Lembrando aqui que já estava bem aguardado como um guidance de mais uma subida de um ponto percentual. Então, isso não vai fazer com que acelere, nem que ele reduza o ritmo. Então o Copom deve fazer mais uma subida de juros de 13,25% para 14,25%”.

Receita Federal lança a ferramenta Proteção do CPF

Visando ampliar a segurança digital e a proteção dos dados dos cidadãos, a Receita Federal lançou a ferramenta Proteção do CPF. Essa nova funcionalidade oferecerá ao cidadão, de forma intuitiva, a possibilidade de impedir que o seu CPF seja incluído de forma indesejada no quadro societário de empresas e demais sociedades.

Segundo a Agência Brasil, trata-se de uma funcionalidade gratuita, que protege o CPF do cidadão em

todo o território nacional. Além disso, abrange todos os órgãos registradores (Juntas Comerciais, Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas e OAB) e alcança todos os tipos jurídicos, incluindo o Microempreendedor Individual — MEI e o Inova Simples. Com o CPF protegido, caso deseje participar de algum CNPJ, o cidadão poderá reverter o impedimento de forma simples, acessando a mesma funcionalidade e alterando a situação.

Este recurso representa um marco no âmbito da segurança digital e na proteção dos dados dos cidadãos. Com o aumento das tentativas de fraudes envolvendo dados pessoais, e a crescente sofisticação das ameaças cibernéticas, tornou-se imperativo desenvolver medidas proativas para garantir a segurança das informações dos brasileiros.

Para ter acesso à funcionalidade, o cidadão deverá acessar o atual Portal Nacional da Redesim e também no canal

de Serviços Digitais da Receita Federal. Nesta segunda opção, é preciso selecionar a opção “Proteger meu CPF” e logar com sua conta GOV. BR.

Em dezembro de 2023 o número de contas GOV. BR cadastradas no Governo Federal chegou a 51 milhões nível Ouro, 24,2 milhões de contas nível Prata e 79,8 milhões nível Bronze. Ou seja, esse novo recurso tem o potencial de atender mais de 155 milhões de brasileiros.

Alcolumbre promete colaboração com o governo

Novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, prometeu colaboração com o governo após reunião com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad; do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Os três ministros entregaram nesta terça-feira a Alcolumbre as prioridades da equipe econômica para 2025.

De acordo com a Agência Brasil, lista é a mesma apresentada semana passada ao novo presidente da Câmara, Hugo Motta. A relação tem 25 itens, dos quais 15 dependem de aprovação do Congresso Nacional. Entre os destaques, estão a reforma do Imposto de Renda (IR), a

limitação a supersalários no serviço público, as mudanças na Previdência dos militares e a regulamentação das big techs (grandes empresas de tecnologia).

“Esse é o espírito de colaboração que o parlamento tem em relação à agenda do governo. O parlamento precisa estar ladeado às agendas do governo. Colaborando e contribuindo para melhorar e aperfeiçoar essa agenda com o olhar do parlamento”, disse Alcolumbre, acompanhado dos três ministros no fim do encontro, na residência oficial do presidente do Senado.

Segundo Alcolumbre, o parlamento ajudará a definir as prioridades para a equipe econômica e buscará melhorar as propostas do governo. “Todos nós ficamos

debatendo, fazendo ponderações desse ou daquele assunto para que a gente possa encaminhar essa agenda prioritária do governo logo agora no primeiro semestre. Quero fazer um registro da nossa disposição ao lado do presidente da Câmara, de unirmos o Legislativo brasileiro em prol de uma agenda comum de país”, acrescentou.

Com a presença dos líderes do governo no Congresso, senador Jaques Wagner (PT-BA), e no Senado, Raulo Rodrigues (PT-AP), o encontro também reuniu líderes partidários, inclusive da oposição. O presidente do Senado pediu que os parlamentares abandonem as diferenças partidárias para impulsionar a agenda econômica do país.

“Vamos deixar as divergências de lado e, com esse espírito, estamos aqui para fazer a diferença enquanto Parlamento na agenda do Brasil, mas principalmente dos brasileiros”, disse Alcolumbre.

Segundo o ministro Fernando Haddad, as propostas do governo pretendem contribuir para o crescimento sustentado da economia. “Se o Brasil não crescer de forma sólida e sustentável, tudo fica mais difícil. Creio que vamos ter um ano muito produtivo do ponto de vista do Legislativo. As duas Casas estão unidas nos propósitos de ajudar o Brasil e com projetos bastante amadurecidos para melhorar ainda mais o ambiente de negócios”, declarou Haddad.

Concessionárias de rodovias devem custear despesas com acidentados

As concessionárias das rodovias estaduais pedagiadas podem ser obrigadas a socorrer e custear as despesas decorrentes com as pessoas acidentadas na via. É o que determina o Projeto de Lei 362/19, de autoria do deputado Brazão (União), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) votou nesta terça-feira, em primeira discussão. Caso receba emendas parlamentares, o texto sairá de pauta. Segundo a proposta, o socorro e as despesas são decorrentes da urgência médica para o encaminhamento e a efetiva recepção das vítimas aos hospitais públicos ou hospitais conveniados dos planos de saúde dos acidentados.

As concessionárias deverão manter equipamentos e equipes capacitadas para atendimento urgente, graves ou não, de modo a prestar os primeiros socorros às vítimas, preservando os sinais vitais até o encaminhamento e a efetiva recepção dos acidentados em unida-

des hospitalares da rede pública ou privada.

As concessionárias também deverão estabelecer parceria com o órgão estadual correspondente a fim de ressarcir os cofres pelos custos decorrentes do transporte e primeiros socorros realizados por equipe e veículo do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio. O atendimento e encaminhamento por parte dos bombeiros somente acontecerá quando a ambulância disponível da concessionária não dispuser dos equipamentos indispensáveis ao socorro, como também quando acidente for em proporção acima da capacidade da concessionária.

“Contar com o poder público para arcar com todas essas responsabilidades não combina com a essência das concessões. As concessionárias, além dos investimentos em asfalto, duplicações de pistas e a cobrança de tarifas, devem sim, preocupar-se, também, com a vida, a segurança, e o bem-estar dos usuários”, declarou Brazão.

Câmara aprova proposta que proíbe escolas de recusar matrículas

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na tarde desta terça-feira, o Projeto de Lei 9133/2017, que estabelece sanções para escolas que recusarem a matrícula de alunos em todos os níveis e modalidades de ensino, sem que haja justificativa formal. O foco da medida é impedir a recusa reiterada de escolas particulares em acolher matrículas de crianças e jovens, especialmente de pessoas com deficiência.

As penalidades previstas incluem desde advertência até a suspensão do credenciamento das escolas privadas junto ao Poder Público, o que pode impedir o seu funcionamento regular.

“As denúncias que chegam é que estabelecimentos de ensino, alguns, não são todos, negam a matrícula pelo fato da criança ser criança com deficiência. Negam a matrícula porque a criança pertence a um grupo cultural, e a escola exclui. Crianças com autismo estão sendo discriminadas na escola. O projeto é óbvio. Se a escola justifica porque nega a matrícula, está resolvido o problema, não tem penalidade”, explicou o deputado federal Helder Salomão (PT-MG), autor da proposta.

Na votação, o projeto recebeu o apoio de 297 parlamentares, contra 107 contrários, e seguirá agora para o Senado, que também precisa aprová-lo para que se torne uma lei federal.

Durante o debate em plenário, deputados de oposição

se manifestaram contra a iniciativa, alegando que ela era muito abrangente e poderia impedir que a escola recusasse matrícula de alunos de pais inadimplentes com as mensalidades, por exemplo.

“O projeto deveria restringir-se somente a crianças com deficiência. O projeto atual fala simplesmente sobre a negação de matrícula e fazendo com que haja uma punição. Isso vai impactar as escolas privadas, chama-se interferência na livre iniciativa. É direito da escola, desse proprietário, não querer essa matrícula para um pai que tem o costume de ser inadimplente”, argumentou o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ).

Para a maioria dos deputados, no entanto, o projeto de lei garante um direito fundamental de acesso à educação, independente da instituição de ensino ser pública ou privada.

“Em uma escola pública, nem se discute, negar uma matrícula é algo inaceitável, não podemos admitir em hipótese alguma. Mas, e na escola privada, podemos aceitar? Não. Por quê? A escola privada nada mais é do que uma concessão pública, com regras claras”, observou o deputado Domingos Sávio (PL-MG).

“Estamos protegendo exatamente as pessoas com deficiência, com autismo, que são vítimas hoje da matrícula escolar. Estamos dando a opção da recusa justificada”, ponderou a deputada federal Gisela Simona (União-MT).

Setor de fabricação de motos tem melhor janeiro em 14 anos

Crescimento na comparação com dezembro foi de 34%

O volume de motocicletas produzidas pelo Polo Industrial de Manaus (PIM) em janeiro desse ano cresceu 34% na comparação com dezembro, conforme dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo). O polo concentra 95% da fabricação nacional de motos.

Os números mostram

também uma produção 17,6% superior à de janeiro de 2024, melhor desempenho para o mês desde 2012.

“Esse desempenho é resultado da ampliação da capacidade produtiva e da criação de 1,7 mil novos postos de trabalho no ano passado. As fabricantes estão investindo no aumento da produtividade para atender à crescente demanda do mercado”, afirma o presidente da Abraciclo, Marcos Bento.

Para este ano, a estimativa da entidade é que a fabricação de motos e similares fique em torno de 1,88 milhão de unidades, ou seja, uma produção 7,5% maior.

A categoria mais produzida em janeiro foi a Street, com 87,19 mil unidades. E, na sequência, a Trail e a Motoneta.

Licenciamentos

Já os licenciamentos na

categoria atingiram 151,98 mil unidades, alta de 14,4% em relação a janeiro de 2024 e de 3,3% em relação a dezembro. A média diária de vendas em janeiro foi de 6,9 mil unidades.

As exportações, por sua vez, registraram o embarque de 2,8 mil unidades, o que também significa alta de 12,5% na comparação com janeiro de 2024, e 11,5% a mais que dezembro passado.

Endividamento recua em São Paulo e atinge menor patamar desde agosto de 2021

Em janeiro, o endividamento das famílias foi o menor desde agosto de 2021, mas a inadimplência segue estável na capital paulista, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP). Atualmente, 2,74 milhões de lares estão endividados na cidade.

O percentual caiu de 68,2%, em dezembro, para 62,7%, no mês passado, revelando uma diminuição, também, no comparativo anual, quando a taxa era de 69%. Dentre os tipos de dívida, o cartão de crédito permanece em destaque: 83,1% dos entrevistados têm dívidas na modalidade. Em seguida, estão o crédito pessoal (14%), o financiamento imobiliário (13%) e os carnês (11,8%).

A pesquisa também aponta que 18,1% estão considerando contrair crédito – ou financiamento – nos próximos três meses. Esse percentual era mais elevado em novembro (quando atingiu o maior nível da série histórica, 21,2%). A redução observada agora é um reflexo da alta dos juros e da inflação dos alimentos, que têm desestimulado a aquisição desses contratos.

Por outro lado, o estudo da Fecomércio-SP indica que o tempo médio de comprometimento com as dívidas aumentou para 7,6 meses. Essa subida se mostra uma tendência desde novembro, quando era de 7,3 e cresceu

para 7,4, em dezembro.

O que também aumentou foi o percentual da renda comprometida com dívidas. A taxa de 29,4%, no mês anterior, subiu para 29,8%. Embora ainda esteja em um nível saudável, essa elevação sugere as pessoas estão mais dependentes do crédito para a manutenção dos gastos mensais. Entre os que recebem abaixo de 10 salários mínimos, o endividamento saiu de 68,2% para 67,2%. Já para os que ganham acima desse valor, houve recuo de 55,1% para 54,9%, no mesmo período (ambos estão abaixo do nível registrado em janeiro do ano passado).

A Peic de janeiro de 2025 revela que a inadimplência permanece na casa dos 19,6%. Apesar de o cenário não ter mudado em relação a dezembro (19,5%), o resultado representa uma leve melhora em comparação aos 21,8%, registrados no mesmo mês do ano passado. Em termos absolutos, praticamente 800 mil famílias estão inadimplentes (85 mil a menos quando comparado há um ano).

Contudo, os lares com renda inferior a 10 salários mínimos estão mais inadimplentes do que aqueles que ganham mais: o percentual subiu de 22,7% para 23,1% nesse grupo. Já entre as que recebem mais, houve recuo (de 11,5% para 10,9%). Esse movimento pode ser um reflexo da inflação dos alimentos sobre o orçamento doméstico, que atinge com maior força as classes menos favorecidas. Ainda de acordo com o levantamen-

to, o grupo dos que afirmam que não conseguirão pagar as dívidas em atraso diminuiu em relação a janeiro de 2024, quando o percentual era de 9,7%. Atualmente, 8,7% – 351 mil lares, em termos absolutos – não poderão quitar os compromissos, uma redução de 35 mil famílias em um ano.

Na avaliação da Fecomércio-SP, os juros e a inflação devem dificultar a manutenção das contas em dia, o que pode provocar um aumento da inadimplência em médio e longo prazos. O emprego, variável que tem sustentado a renda e evitado um des controle maior, pode desacelerar com a desaceleração da economia e o crédito mais caro. Se isso ocorrer, manter a taxa de desemprego baixa pode não ser o suficiente para conter o aumento dessa inadimplência.

Já o Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado para a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) pela PiniOn, alcançou, em janeiro, 102 pontos, registrando uma queda de 1,0% em relação a dezembro e 2,8% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Apesar da contração mensal observada no INC, o indicador continua se mantendo no campo otimista (acima de 100 pontos). A sondagem foi realizada com uma amostra de 1,67 mil famílias, em nível nacional, residentes em capitais e cidades do interior.

Em termos regionais, os resultados foram heterogêneos: houve estabilidade na confiança nas regiões Centro-Oeste e Nordeste,

quedas no Norte e Sudeste, e aumento no Sul. Entre as classes socioeconômicas, os resultados também foram variados, com recuos no índice para as famílias das classes AB e C, enquanto as da classe DE apresentaram crescimento.

A percepção das famílias sobre sua situação financeira atual se deteriorou, com uma piora ainda mais acentuada nas expectativas futuras em relação à renda e ao emprego. Além disso, foi observada uma leve redução na segurança no emprego.

Essa queda generalizada da confiança impactou negativamente na diminuição da disposição para comprar itens de maior valor, como carro e casa, redução da intenção de adquirir bens duráveis, como geladeira e fogão, e uma menor propensão para investir. Em síntese, o INC de janeiro mostrou recuo tanto na comparação mensal como na interanual, mas manteve-se no campo otimista.

Segundo o economista da ACSP, Ulisses Ruiz de Gamboa, “os sinais de desaceleração da atividade econômica, evidenciados pela redução na criação de empregos, somados à aceleração da inflação – especialmente no que diz respeito ao aumento dos preços de itens essenciais como alimentos e bebidas, – ocorrem em um cenário de alto endividamento das famílias e juros elevados. Esses fatores tendem a deixar o consumidor mais cauteloso em suas decisões de compra”, completa.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Banco do Brasil apresenta

Música no Museu

Concertos de Verão

Janeiro
Fevereiro
Março
2025

Realização: CARPEX, Apoio Cultural: Sesc, Monitor Mercantil, CCB, GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIDADE E RECONSTRUÇÃO

Bradesco (BBDC4): resultado do 4T24, intermediação financeira e lucro líquido

Por Jorge Priori

Conversamos com Harold Thau, sócio da Técnica, empresa de análise e consultoria de mercado de capitais, sobre o resultado do 4T24 do Bradesco (BBDC4).

Como você avalia o resultado do 4T24 divulgado pelo Bradesco?

O resultado foi bom. Embora a receita de intermediação tenha caído 5,01% no ano contra ano, no 4T24 ela cresceu 4,34% em termos nominais. Por mais que o crescimento tenha sido modesto, isso mostra que está havendo crescimento. Se olharmos o resultado da intermediação, ou seja, a margem de intermediação, o Bradesco teve crescimento modesto de 1,26% no ano, mas de 16,77% no 4T24. Ou seja, o Bradesco ficou mais eficiente no 4T24 do que em relação a 2024.

O ponto de destaque foi o lucro líquido do Bradesco, um dos itens que, normalmente, mais importam para analistas e investidores. No ano, ele cresceu 21,06%, mas no 4T24 ele cresceu 188,90%. É por isso que o 4T24 foi o grande destaque positivo do Bradesco.

Com relação ao retorno patrimonial, ele ainda não está no nível adequado. Isso porque o retorno de 10,21% do Bradesco está abaixo do retorno de bancos com porte semelhante. Apenas fazendo uma ilação, o Bradesco deveria apresentar um retorno um pouco superior à Selic em dezembro, quando ela estava em 12,25% (atualmente, a Selic está em 13,25%). Isso porque outros bancos apresentaram retornos superiores ao Bradesco e à Selic. Como o resultado do 4T24 mostrou que o Bradesco está em um processo de recuperação de resultados, o retorno patrimonial deve, gradativamente, acompanhar essa melhoria.

Na sua apresentação de resultados, o Bradesco também destacou o crescimento de 11,9% da sua carteira de clientes em 2024, com destaque para pessoas físicas e middle market, e que 99% das suas transações já são feitas digitalmente, o que inclui, além do seu aplicativo, os seus caixas eletrônicos. Como os clientes não estão indo mais às agências, isso permite ao banco ter menos agências e menos funcionários, o que é muito bom, já que é um fator de redução de custos. Cabe destacar que isso vem em linha com o que está acontecendo com outros bancos. Com relação à inadimplência média do Bradesco, ela caiu de 5,1% em 2023 para

4% em 2024, o que também vem de encontro à melhoria do resultado econômico que o banco apresentou.

Quando o Bradesco começou a sua estratégia de melhoria de desempenho no final de 2023, e o seu atual CEO, Marcelo de Araujo Noronha, disse que esses resultados se refletiriam em 2026, talvez ele tenha cometido um pequeno engano. Esse processo já começou e já vem apresentando bons resultados, o que deve ter continuidade em 2025 e 2026.

Na sua avaliação, porque o resultado de intermediação financeira do Bradesco melhorou tanto no 4T24? Isso porque no ano contra ano, esse resultado melhorou 1,26%, mas no 4T24 x 4T23, esse resultado melhorou 16,77%.

Em termos de receita de intermediação financeira, veja que o Bradesco caiu 5,01% no ano contra ano, mas cresceu 4,34% no 4T24 x 4T23. O resultado de intermediação que o Bradesco teve foi porque o banco está se tornando mais eficiente, carregando uma posição menor de custos, fechando agências, demitindo funcionários, e sendo mais digital. Por exemplo, como muitas agências do Bradesco estão se tornando postos de atendimento ao cliente, muitas delas não têm mais caixas. É por isso que o resultado da intermediação foi melhor que o resultado da receita de intermediação, principalmente no 4T24.

Como está o retorno patrimonial do Bradesco frente aos outros bancos?

Com relação aos bancos que já divulgaram resultados, o Itaú reportou 18,57%, o Santander, 14,47%, e o BTG, que é um banco de atacado, de andar, 14,54%. O Banco do Brasil vai divulgar o seu resultado no dia 20/2. Além do retorno patrimonial do Bradesco ter sido o menor entre esses bancos, ele foi menor que a Selic ou um título do governo, que possui menos risco. É lógico que você não pode olhar isso da forma pontual como estou fazendo, já que um investidor em ações busca retornos a longo prazo. Lógico, existem os especuladores, mas como um investidor do Bradesco, presume-se, é um investidor de médio e longo prazo, ele sabe que o banco tende a melhorar o seu retorno patrimonial.

Na sua opinião, onde o Bradesco poderia render mais como banco?

Como o Bradesco ainda está muito focado na pessoa física e no middle market, ele poderia melhorar o seu desempenho

Divulgação Técnica



Harold Thau

junto às grandes corporações, o que lhe permitiria operações de maior porte e de menor risco. Lógico, se o banco se concentrar em uma ou duas grandes corporações, o seu risco cresce, mas pouco mais de 50% da carteira de crédito do Bradesco tem garantias de boa qualidade, que não são de papel. Esse é um bom indicador.

Outro ponto é que o Bradesco, que tinha uma estrutura muito focada na valorização interna dos funcionários, já está trazendo experiências externas, o que ajudou a viabilizar o turnaround do seu desempenho. Essa mudança de filosofia para agregar experiências externas, inclusive na alta cúpula do banco, foi muito positiva.

Como você tem visto o desempenho das ações do Bradesco?

A minha expectativa é de melhoria. Isso porque, do ponto de vista fundamentalista, nós temos um preço justo para as ações PN do Bradesco de R\$ 19,11. Como ela está sendo negociada um pouco acima de R\$ 12, ela teria um possível upside bastante significativo. O problema é que não se sabe quando o preço justo vai ser atingido. Outro ponto é que isso não está acontecendo apenas com o Bradesco, mas com todos os bancos, já que nenhum deles está no seu preço justo.

Além da ação do Bradesco estar barata, nós não podemos nos esquecer que o banco paga, sistematicamente, dividendos. O dividend yield do Bradesco foi de 7,6% e o seu índice de payout sobre o lucro foi de 62%.

O aumento da Selic favorece, atrapalha ou é indiferente a um banco como o Bradesco?

Em linhas gerais, o aumento da Selic tende a melhorar o desempenho. Isso porque muitas pessoas físicas deixam dinheiro parado na conta corrente. O ponto é que por mais que os bancos não sejam obrigados a remunerar esses depósitos, eles podem aplicar esses recursos em alguma opção de investimento, normalmente com a taxa Selic. Assim,

quanto mais a Selic subir e quanto mais um banco tiver recursos depositados à vista, melhor será a sua rentabilidade. Dessa forma, o aumento da Selic não é apenas bom para o Bradesco, mas para todos os bancos, especialmente os bancos que possuem o perfil de cliente do Bradesco, ou seja, pessoas físicas, de pequeno e médio porte, ou pessoas jurídicas de middle market que não possuem muitas alternativas de aplicação imediata de recursos.

Mas o aumento da Selic não pode impactar as operações de crédito e o PDD (Provisão de Devedores Duvidosos) do Bradesco?

O Bradesco, especificamente, está muito cuidadoso com as suas operações de empréstimo. O banco tem emprestado e tem expectativa de crescimento das operações de crédito, só que ele está fazendo operações com garantia. Como disse, mais de 50% das suas operações têm uma garantia envolvida, o que dá uma certa tranquilidade nas operações de crédito do banco. Além disso, a análise de crédito do Bradesco está resultando em uma taxa de inadimplência menor, tanto que ela caiu de 5,1% em 2023 para 4% em 2024.

Como você está vendo as perspectivas do Bradesco para 2025?

Eu vejo boas perspectivas. Além do Bradesco ter uma gestão que está trazendo experiências externas, o banco se adaptou ao momento. Isso porque o Bradesco ficou algum tempo defasado em relação à velocidade dos demais em se adaptar. Como disse, grande parte das suas operações são digitais, o que envolve uma quantidade menor de agências e de pessoas atendendo, o que representa uma economia de custos. Outro ponto é que o Bradesco está investindo bastante na atualização dos seus sistemas, já que o banco tinha sistemas que eram considerados um tanto superados. Tudo isso é muito positivo para que o Bradesco enfrente a nova economia que estamos vivendo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE TÁXIS CONVENCIONAIS QUE OPERAM NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO LTDA-AEROCOOP, CNPJ 31.639.958.0001-50 com sede na Estrada Engenho da Pedra 230 – Ramos – Rio de Janeiro-Cep: 21031-030, representada pelo Presidente Sr. Luiz Fernando da Silva Gomes, brasileiro, taxista, solteiro, portador da identidade nº 07549666-1 IFP e CPF nº 018.176.027-48, residente na Estrada Adhemar Bebiano, 375, apto 214, Bl. 2 – Del Castilho – Rio de Janeiro, convoca seus proprietários das 230 cotas partes no gozo de seus direitos sociais a comparecerem Assembleia Geral Ordinária, conforme Art. 54 do Estatuto Social, que será realizada no dia **15 de Março de 2025**, na Estrada Engenho da Pedra 230 – Ramos – Rio de Janeiro- Cep: 21031-030, sendo a 1ª CONVOCAÇÃO ÀS 08:00 HORAS com a presença mínima de 2/3, A 2ª CONVOCAÇÃO ÀS 09:00 HORAS, com a presença mínima de metade mais um dos cooperados e 3ª CONVOCAÇÃO E ÚLTIMA ÀS 10:00 HORAS com a presença mínima de 10 (dez) cooperados para as seguintes ordens do dia: 1. Prestação de contas da administração do exercício de 2024; 2. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; 3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 4. Eleição dos membros do Conselho de Ética e Disciplina; Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2025.

Luiz Fernando da Silva Gomes
Luiz Fernando da Silva Gomes
- Presidente -

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE TÁXIS CONVENCIONAIS QUE OPERAM NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO LTDA – AEROCOOP – CNPJ nº 31.639.958/0001-50 – NIRE nº 33.4.0000625-9 A COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE TÁXIS CONVENCIONAIS QUE OPERAM NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO LTDA – AEROCOOP – CNPJ nº 31.639.958/0001-50, com sede na Estrada Engenho da Pedra 230 – Ramos – Rio de Janeiro- Cep: 21031-030, representada pelo Presidente Sr. Luiz Fernando da Silva Gomes, brasileiro, taxista, solteiro, portador da identidade nº 07549666-1IFP e CPF nº 018.176.027-48, residente na Estrada Adhemar Bebiano, 375, apto 214, Bl. 2 – Del Castilho – Rio de Janeiro, convoca seus proprietários das 230 cotas partes no gozo de seus direitos sociais a comparecerem Assembleia Geral Extraordinária, conforme Art. 54 do Estatuto Social, que será realizada no dia **25 de Fevereiro de 2025**, na Estrada Engenho da Pedra 230 – Ramos – Rio de Janeiro- Cep: 21031-030, SENDO A 1ª CONVOCAÇÃO ÀS 08:00 HORAS com a presença mínima de 2/3, A 2ª CONVOCAÇÃO ÀS 09:00 HORAS, com a presença mínima de metade mais um dos cooperados e 3ª CONVOCAÇÃO E ÚLTIMA ÀS 10:00 HORAS com a presença mínima de 10 (dez) cooperados para as seguintes ordens do dia: **1º) Eleição de 3(três) membros para Comissão Eleitoral.**

Luiz Fernando da Silva Gomes
Luiz Fernando da Silva Gomes
Presidente

ASSOCIAÇÃO CAIXA DE AUXÍLIO DOS SERVIDORES ARTESANAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CNPJ: 30.592.018/0001-90

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Convocamos todos os Conselheiros para a Reunião Ordinária a realizar-se no dia 20/02/2025, das 16:00h às 20:00h, na Av Emanoel Amaral Peixoto, 500/1201, Centro – Niterói – RJ, CEP: 24.020-077. Ordem do dia: Leitura, discussão e aprovação da Ata anterior; reajuste das mensalidades associativas; discutir e aprovar as contas do ano de 2024; Discutir e aprovar o orçamento para o ano de 2025; Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025. A Diretoria.

ASSOCIAÇÃO CAIXA DE AUXÍLIO DOS SERVIDORES ARTESANAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CNPJ: 30.592.018/0001-90

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Convocamos todos os Conselheiros para a Reunião Ordinária a realizar-se no dia 19/03/2025, das 16:00h às 20:00h, na Av Ernani do Amaral Peixoto, 500/1201, Centro – Niterói – RJ, CEP: 24.020-077. Ordem do dia: Leitura, discussão e aprovação da Ata anterior; Eleição dos membros da diretoria executiva para o quinquênio de 19/03/2025 a 18/03/2030; Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2025. A Diretoria.

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444

BC conduzirá trilha financeira do Brics em 2025

Pagamentos transfronteiriços estão na pauta

Em 2025, as ações relativas ao Brics (grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Irã, Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Indonésia) já começaram no Brasil. O ano marca a presidência brasileira à frente do grupo e a liderança do Banco Central (BC), ao lado do Ministério da Fazenda, da Trilha Financeira.

O chefe do Departamento de Assuntos Internacionais (Derin) do BC, Marcelo Aragão explica que a instituição, assim como o governo brasileiro como um todo, já está participando ativamente de diversas atividades que abrangem discussões sobre políticas econômicas, bancárias e financeiras entre os participantes do BRICS.

“Como atual presidente, o Brasil é responsável pela proposição da agenda e dos temas a serem discutidos, além da realização de reuniões. O propósito é, ao final dos trabalhos, produzir declarações, consensuais e referendadas por todo o bloco, sobre os diversos assuntos que serão debatidos pelo BRICS ao longo de 2025”, disse Marcelo Aragão, Chefe do Departamen-

to de Assuntos Internacionais (Derin) do BC.

Ele enfatiza a importância do posto para o Brasil, uma vez que “o grupo ganha cada vez mais proeminência no contexto internacional, ao passo que amadurece seus debates e expande o número de membros”.

Inteligência artificial

Um dos assuntos que está na pauta é a inteligência artificial (IA). O tema será tratado no âmbito do grupo de trabalho Fintech Research: Innovation Hub, que pretende estudar as práticas dos países membro com esse novo recurso em dois eixos principais: governança interna para o uso da tecnologia por funcionários nas atividades dos bancos centrais; e legislação e regulamentação em vigor, ou a serem implementadas em breve, para a regulação do uso de IA no sistema financeiro dos países do grupo.

O intuito é, ao comparar as regulamentações, legislações e práticas (existentes e futuras) relacionadas à IA aplicadas pelos bancos centrais e/ou reguladores financeiros dos países do Brics, promover a coopera-

ção e identificar as melhores práticas.

Os países do Brics têm avançado em iniciativas de finanças sustentáveis e transição climática, integrando práticas de sustentabilidade em suas economias. Esses esforços visam apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, aumentar a transparência e a comparabilidade de dados, e promover práticas empresariais e financeiras sustentáveis, alinhadas aos objetivos do Acordo de Paris.

Durante este ano de presidência, o BC propõe a elaboração de um relatório conjunto do BRICS para aprofundar a análise de riscos climáticos e teste de estresse climáticos no setor financeiro. O foco será nos marcos de gestão de riscos climáticos definidos por bancos centrais e supervisores, com a identificação e a mensuração dos principais riscos climáticos físicos e de transição.

Aragão informa que o grupo de trabalho sobre pagamentos pretende aprofundar a compreensão das soluções de ponta para facilitar os pagamentos transfronteiriços, além de explorar soluções para sistemas de pagamento bilaterais já

em uso. “O objetivo é superar desafios como velocidade de transferências, altas taxas e barreiras regulatórias”, diz o Chefe do Derin.

Calendário

Além de diversas reuniões virtuais de grupos de trabalho, o calendário para a Trilha Financeira do Brics em 2025 possui os seguintes eventos:

- 1ª Reunião de Deputados de Finanças e Bancos Centrais – será realizada no dia 25 de fevereiro e acontecerá na Cidade do Cabo (África do Sul);

- 2ª Reunião de Deputados de Finanças e Bancos Centrais – será realizada em abril, às margens da reunião de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial, em Washington, nos Estados Unidos;

- 3ª Reunião de Deputados de Finanças e Bancos Centrais – será realizada em junho, no Brasil;

- 1ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais – será realizada entre o fim de junho e o início de julho, no Brasil (na sequência desse encontro, deve ser realizada a Cúpula do Brics).

Caixa reúne gestores municipais de todo o país

A Caixa e a Prefeitura do Rio de Janeiro assinaram nesta terça-feira, durante a abertura do Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas em Brasília (DF), protocolo de colaboração para que o município fluminense possa utilizar o Espaço Colaborativo GovTech do banco, em Brasília. O Espaço TEIA é o primeiro Hub de Inovação aberto pela Caixa.

O local vai conectar startups de GovTech de todo o país, fomentando a eficiência em serviços públicos, infraestrutura e saneamento. “Essa parceria vai permitir que possamos potencializar soluções inovadoras que façam a diferença na vida

dos clientes do banco e dos cariocas”, afirmou o presidente do banco público, Carlos Vieira.

Na abertura, o presidente Lula disse que a atuação dos bancos públicos se pautará em critérios técnicos. “Não haverá, em hipótese alguma, de um banco, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNB, o Basa ou BNDES, deixar de atender os interesses de um governador, os interesses de uma cidade por questão ideológica”, finalizou.

O espaço TEIA possui espaço físico amplo, com capacidade para receber as startups, além de possuir salas de reunião, estúdio

audiovisual, espaço de palestras e de descompressão.

Segundo a Caixa, além do ambiente físico, o Hub de Inovação terá uma plataforma digital de comunicação, capacitação, inteligência e conexão.

A seleção das startups que participaram da inauguração do Espaço TEIA foi realizada com base no relatório BrazilLab (brazillab.org.br), que mapeia todas as startups GovTechs do Brasil. Atualmente, o local conta com a presença de 11 startups residentes, que atuam em diferentes segmentos e desenvolvem soluções inovadoras para desafios do

Coca-Cola faturou US\$ 47,1 bi e lucrou US\$ 2,19 bi em 2024

A Coca-Cola registrou, em 2024, lucro líquido de US\$ 2,195 bilhões, ou US\$ 0,51 por ação. O lucro por ação de US\$ 0,55, acima da expectativa dos analistas que projetavam US\$ 0,52. No acumulado dos últimos 12 meses, as ações da companhia registraram uma alta de cerca de 8%.

A receita líquida da Coca-Cola no quarto trimestre subiu 4,2%, para US\$ 11,40 bilhões. A empresa também registrou alta de 6% na receita líquida trimestral, totalizando US\$ 11,5 bilhões, enquanto o faturamento anual cresceu 3%, totalizando US\$ 47,1 bilhões.

Os analistas projetaram uma queda de 2,47%, para US\$ 10,68 bilhões. Os resultados financeiros foram divulgados nesta terça-feira (11). O mercado reagiu positivamente aos números, com as ações da empresa subindo.

A América Latina puxou crescimento da Coca-Cola em 2024, crescimento de 2% no volume de vendas no último trimestre do ano passado. A região teve um aumento no preço/mix, que cresceu 23% no trimestre. Mais da metade desse crescimento foi resultado de reajustes de preços, especialmente na Argentina, devido à alta inflação. Além disso, houve diversificação do portfólio e ações estratégicas de mercado que também contribuíram para o bom desempenho da marca.

O lucro operacional na América Latina subiu 24% no quarto trimestre, mesmo diante de um impacto negativo da desvalorização cambial. Quando ajustado para variações cambiais, o crescimento chegou a 46%, reflexo da combinação de forte desempenho de vendas e otimização de custos operacionais. Na região, o

Brasil ajudou a melhorar os lucros da companhia.

Fundada em 1886, a Coca-Cola é uma empresa multinacional americana e segue como uma das marcas mais reconhecidas e valiosas do mundo. Para este ano, a empresa prevê crescimento entre 2% e 3% em seu lucro ajustado por ação e de 5% a 6% na receita orgânica. O mercado reagiu positivamente a esses números; às 9h15 (de Brasília), as ações da Coca-Cola apresentavam uma alta de 3,8% no pré-mercado em Nova York.

Estratégia

Para manter o crescimento nos mercados emergentes, incluindo o Brasil, a companhia apostou no aumento do uso de garrafas de vidro retornáveis. A Coca-Cola adicionou 1,6 bilhão de unidades de embalagens retornáveis ao seu volume total de vendas em 2024, um crescimento superior ao da média global da empresa.

No Brasil, essas embalagens são vistas como uma alternativa sustentável e acessível, permitindo que a marca alcance mais consumidores e expanda sua participação no setor de bebidas não alcoólicas. O modelo também foi adotado em outros mercados latino-americanos e vem sendo expandido para regiões como Alemanha, África do Sul e Vietnã.

A Coca-Cola ampliou sua presença no varejo com a adição de mais de 250 mil novos pontos de venda e a instalação de 600 mil refrigeradores para aumentar a disponibilidade de bebidas geladas. De acordo com a companhia, essas estratégias fortaleceram a posição da marca e impulsionaram sua participação de mercado.

Aérea da África do Sul fornecerá suporte para 68 aeronaves da Embraer

A Embraer (NYSE: ERJ / B3: EMBR3), líder global na indústria aeroespacial, e a Airlink, companhia aérea premium da África do Sul, assinaram nesta terça-feira um acordo para o ECIP - Embraer Collaborative Inventory Planning (Programa de Planejamento Colaborativo de Estoques da Embraer), com cobertura para todas as 68 aeronaves da Embraer que integram a frota da Airlink.

O acordo tornará a Airlink a primeira cliente africana do ECIP, que otimizará os níveis de estoque e reduzirá custos operacionais da frota de ERJ e E-Jets da companhia. A

Airlink é cliente da Embraer desde 2001, operando voos nas regiões Sul e Leste da África, além das ilhas de Madagascar, Santa Helena e Ascensão, no Atlântico Sul.

“O relacionamento de longa data entre a Embraer e a Airlink tem amadurecido por meio de entendimento mútuo e de colaboração próxima. Hoje, a Airlink tem orgulho de ser a maior operadora de aeronaves da Embraer no continente, e temos objetivos claros de expandir e intensificar nossa presença, o que exigirá capacidade adicional e mais aeronaves”, afirma Rodger Foster, CEO e Diretor Administrativo da Airlink.

Assine o jornal Monitor Mercantil

(21) 3849-6444